

Linguagem antirracista em diferentes instrumentos linguísticos: a língua e os discursos racializados no espaço digital

Anti-racist language in different linguistic instruments: language and racialized discourses in digital media

Rogério Modesto¹, Marcus Menezes², Matheus Souza³

Universidade Estadual de Santa Cruz (Brasil)

RESUMO

Com base na articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso materialista, o presente artigo objetiva analisar e refletir como uma ideia de “linguagem antirracista”, altamente produtiva nos movimentos sociais, tem sido formulada em diferentes instrumentos linguísticos nas mídias digitais, como cartilhas e postagens das redes sociais. Trata-se de uma pesquisa situada na relação entre os conceitos “instrumentos linguísticos” e “discursos racializados”, considerando as novas/outras possibilidades de instrumentalização da língua. Desse modo, primeiro, o artigo analisa a cartilha digital “Racismo se combate em todo lugar”, elaborada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos em 2021 e, em seguida, analisa publicações da rede social Instagram, considerando essa rede em sua potencialidade de instrumentalização linguística eventual. Por fim, a pesquisa permite compreender o funcionamento discursivo de diferentes instrumentos em vista da constituição de um sujeito-leitor em uma posição discursiva antirracista a partir do saber linguístico.

PALAVRAS-CHAVE:

Discursos racializados. Instrumentos linguísticos. Digitalidade.

ABSTRACT

Based on the articulation between the History of Linguistic Ideas and materialist Discourse Analysis, this article aims to analyze and reflect on how the idea of an “anti-racist language,” which is highly productive within social movements, has been formulated in different linguistic instruments in digital media, such as educational booklets and social media posts. This research focuses on the relationship between the concepts of “linguistic instruments” and “racialized discourses,” considering new/other possibilities for the instrumentalization of language. In this way, first, the article analyzes the digital booklet “Racismo se combate em todo lugar” produced by the Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos in 2021, and then analyzes posts on the social network Instagram, considering this network in terms of its potential for eventual linguistic instrumentalization. Finally, the research allows us to understand the discursive functioning of different instruments in view of the constitution of a reader in an anti-racist discursive position based on linguistic knowledge.

Recebido em: 26 ago. 2025

Aceito em: 29 out. 2025

¹ E-mail: roger.luid@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3762-3431>.

² E-mail: marcusvamenezes@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8138-6037>.

³ E-mail: mosoouza.let@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0340-3401>.

KEYWORDS:

Racialized discourses. Linguistic instruments. Digitality.

1. Introdução ou para além das gramáticas e dicionários

No campo da História das Ideias Linguísticas, o conceito de *instrumentos linguísticos* está diretamente ligado ao de *gramatização*. Sylvain Auroux, quem primeiro mobiliza a ambos, estabelece que “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65). Na proposta do autor, a gramatização ganha seus contornos na produção de gramáticas e dicionários, face a importância de cada um desses instrumentos no processo de descrição e instrumentalização das línguas. Nunes (2024) destaca que o ápice do processo de gramatização se deu no Renascimento, quando se desenrolou o seu eixo principal, quantitativo e qualitativo. A revolução tecnológica de Gutenberg⁴ torna possível a produção em larga escala de gramáticas e dicionários permitindo que, no final do século XV, a gramatização das línguas dominantes na Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês), e também do búlgaro, do polonês e do velho eslavônio viesse a ganhar corpo.

O protagonismo da gramática e do dicionário como instrumentos linguísticos em si pode ser mais bem compreendido quando Auroux assim os define:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga um gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras) (Auroux, 1992, p. 69-70).

Embora considere outras textualidades metalinguísticas (tais como listas de palavras e alfabetos), decerto é a gramática e o dicionário os instrumentos que fundamentam a proposta da

⁴ A revolução tecnológica de Gutenberg refere-se à invenção da imprensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg no século XV. Essa inovação permitiu a produção em massa de livros e outros materiais impressos, revolucionando a disseminação do conhecimento e a comunicação, já que, antes da prensa de Gutenberg, os livros eram copiados à mão, um processo lento e caro, acessível apenas a poucos. A produção de gramáticas e dicionários em grande quantidade foi fundamental para o empreendimento colonial que se inicia ainda no século XV com as grandes navegações, o que nos permite ponderar que os instrumentos linguísticos são também instrumentos de colonização ou “ferramentas da modernidade colonial-capitalista” (Machado e Silva, 2022).

gramatização de Sylvain Aurox. Nessas condições teóricas de produção, poderíamos pensar que tais instrumentos são os únicos responsáveis pela gramatização de uma língua. No entanto, é fundamental considerar que “as permanências, ou mudanças linguísticas, não se dão somente por causas internas às línguas, ou dos falantes, mas, também, sob determinações externas e instrumentais que modificam a relação dos sujeitos com as línguas” (Nunes, 2024, p. 166). Essa perspectiva permite compreender que, para além das gramáticas e dicionários, outros instrumentos linguísticos desempenham papel fundamental no processo de gramatização.

Em Zoppi-Fontana (2009), por exemplo, comparece uma excelente proposição que materializa o papel de diferentes instrumentos linguísticos implicados na modificação da relação dos sujeitos com as línguas. Ao defender o português brasileiro como uma *língua transnacional*, a autora não apenas argumenta em favor de um outro período para a gramatização do português brasileiro,⁵ como defende a necessidade de pensarmos instrumentos específicos – exames nacionais de proficiência, automatizadores de tradução, livros didáticos voltados para falantes de outras línguas etc. – nos quais se materializam aspectos de uma língua que encontra no transbordamento de suas fronteiras nacionais novos espaços para sua circulação e gramatização, levando-a a destacar que “é preciso, portanto, conceber as gramáticas, dicionários, e outras formas materiais de objetificação da língua como instrumentos linguísticos” (Zoppi-Fontana, 2009, p. 24).

Diniz (2013) chama a atenção para o interesse do campo da História das Ideias Linguísticas para as diferentes formas de constituição do saber metalinguístico ao longo da história. Esse interesse, tal como ele é investigado pelos pesquisadores brasileiros, leva a considerar “os movimentos de produção e circulação de um saber metalinguístico como indissociáveis da história da construção da língua nacional brasileira – e, nesse sentido, da própria constituição do Estado e das identidades nacionais” (Diniz, 2013, p. 47). Assim, mesmo assumindo princípios teóricos propostos por Aurox, especialmente o conceito de gramatização, a História das Ideias Linguísticas brasileira guarda suas especificidades (em relação à configuração do campo na França), justamente porque “além da produção de um conhecimento específico necessário ao domínio linguístico, importa conhecer o modo de formulação da língua nacional e de constituição de um saber metalinguístico para melhor compreender a variada natureza dos objetos simbólicos que estão

⁵ Guimarães (1996) propõe quatro períodos concernentes à gramatização da língua portuguesa do Brasil. Esses períodos vão do achamento do Brasil até a década de 1990. Zoppi-Fontana (2009), por seu turno apresentam levanta a hipótese de um quinto período para gramatização do português brasileiro coincidente com a sua fase “transnacional”, em virtude d a políticas linguísticas potencializadas pela abertura comercial do Brasil através de sua adesão ao Mercosul no início dos anos 2000.

envolvidos na formação de um país como o Brasil” (Guimarães e Orlandi, 1996, p. 14). É por essa razão que, no Brasil, as pesquisas realizadas:

[...] frequentemente, adotam, como *corpus* de pesquisa, não apenas gramáticas e dicionários, mas também currículos, programas de ensino, vocabulários, acordos ortográficos, dentre outros instrumentos (cf. Orlandi, 2001b). Observa-se, portanto, uma ampliação do conceito de gramatização, que passa a se referir às diversas instâncias de instrumentalização de uma língua, para além da gramática e do dicionário. Ademais, a HIL no Brasil procura pensar a relação desse processo de gramatização com as instituições responsáveis pela sua produção e/ou circulação: academias, centros de pesquisa, colégios, associações científicas, imprensa, dentre outras (Diniz, 2013, p. 47).

Reconhecendo a importância conceitual e analítica de gramáticas e dicionários para o desenvolvimento dos conceitos de instrumentos linguísticos e gramatização, as pesquisas brasileiras realizadas no campo da História das Ideias Linguísticas também consideram muito produtivo os estudos de outras textualidades metalinguísticas. Nessa direção, inclui-se a esfera digital como um espaço em que tais textualidades são materializadas. A esse respeito, Gallo e Pequeno (2022) ponderam que há uma transformação na forma dos discursos quando postos em circulação nesses espaços, sejam eles discursos jurídicos, jornalísticos, pedagógicos e, acrescentamos dentre estes os discursos sobre a língua racialmente atravessados. Os autores consideram que os discursos são “determinados por outros processos, como o processo de midiatização, decorrente da materialidade técnica digital” (Gallo e Pequeno, 2022, p. 75). Ou seja, o modo como tais saberes são organizados, até mesmo o modo como a materialidade se abre para possíveis interlocuções, são fatores que fornecem contornos específicos para os discursos sobre a língua postos em circulação na discursividade digital.

Em recente dossiê organizado por Costa, Modesto e Aquino (2023), por exemplo, encontram-se 21 textos que exploram novas categorias “para alargar a compreensão de instrumentos linguísticos” (2023, p. 6), considerando que os instrumentos são “ferramentas tecnológicas da linguagem [que] não apenas recortam e hierarquizam falares, determinando o que é ou não a língua, mas também ordenam e classificam os falantes” (2023, p. 7).

No texto que ora apresentamos, debruçamo-nos sobre a relação entre língua e racialidade entendendo que tal relação convoca, inclusive, novas/outras possibilidades de instrumentalização de língua, não necessariamente coincidentes com os instrumentos linguísticos mais tradicionais. Defendemos, portanto, a possibilidade de que tal relação materialize discursos racializados sobre a língua (Modesto, 2021)⁶ não apenas nos instrumentos mais regulares, mas em instrumentos

⁶ O conceito de discursos racializados refere-se a um funcionamento discursivo constituído por variados processos de

linguísticos eventuais (Souza, 2023).⁷ Desse modo, ao tomarmos como foco a relação língua-racialidade na forma como ela pode comparecer em diferentes instrumentos, investigamos as determinações externas e instrumentais que modificam a relação dos sujeitos com as línguas, tal como propõe Nunes (2024). Assim, com este texto, nosso objetivo é analisar como uma ideia de “linguagem antirracista”, em geral muito produtiva nos movimentos sociais, toma forma em diferentes instrumentos linguísticos, em cartilhas e postagens digitais, gramatizando-se e, por conseguinte, convocando os sujeitos, esses tomados na evidência do sujeito de direito individua(liza)do (Orlandi, 2012), para uma tomada de posição quanto aos modos que “utilizam” a língua. Isto é, tais materiais são colocados em circulação com o propósito de conter certos sentidos, mediante a suspensão de palavras e expressões tidas como racistas, de modo a constituir os sujeitos a não reproduzirem o racismo então denunciado.

Nas páginas que se seguem, refletimos inicialmente, sustentados nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso que se orienta por uma perspectiva materialista, sobre os movimentos sociais antirracistas e as suas demandas por uma linguagem considerada antirracista. Nosso olhar toma essa forma de compreensão da língua por esses movimentos como um discurso racializado sobre a língua, tal como propõe Modesto (2021). Em seguida, consideramos como esse discurso se materializa em instrumento linguístico mais ou menos estabilizado em nossa memória social que constitui o imaginário de nossa formação social brasileira: as cartilhas. Enfocamos a produção de cartilhas antirracistas por organizações que se reivindicam antirracistas. Por fim, antes de nossas considerações finais, dando consequência ao conceito de instrumento linguístico eventual (Souza, 2023), nosso olhar se volta para a prática

identificação e posições-sujeito, que permitem que diversas discursividades sejam atravessadas pela tensão racial. Dessa forma, o discurso sobre a língua, sob as condições de produção brasileiras, pode vir a ser um discurso racializado, constituindo um discurso racializado sobre a língua, no qual o elemento “raça” não precisa, necessariamente, estar explicitamente presente nas formulações. Isso se deve aos modos pelos quais a formação social brasileira foi constituída (em um regime colonial e escravocrata, baseado em uma lógica racista) (Modesto, 2021). Assim, as análises empreendidas no trabalho partem de materialidades que colocam em tensão raça e língua na (re)produção de saberes.

⁷ Esse conceito recobre dispositivos e tecnologias que, sazonalmente, assumem a função de instrumentos linguísticos tradicionais, como a gramática e o dicionário, descrevendo e instrumentalizando a língua dentro um cenário onde ela é apenas mais um tema dentre outros. É estabelecido um lugar onde a língua é trabalhada sem um comprometimento exclusivo, como ocorre nos outros dois instrumentos supracitados, em que a sua “dedicação” é totalmente reservada à língua por meio dos saberes metalinguísticos (a língua é seu objeto permanente). O funcionamento dos instrumentos linguísticos eventuais, por sua vez, ocorre momentaneamente, ou seja, a língua se torna objeto por um tempo breve, sendo recortada conforme demandas discursivas específicas (Souza, 2023). Ou seja, enquanto na gramática e no dicionário a língua é objeto de descrição e instrumentalização sob uma permanência em relação ao trato com a língua, nos Instrumentos linguísticos eventuais, a língua pode ser descrita e instrumentalizada sem garantia que isso venha a “calhar” novamente. Por esse motivo que predcamos essa outra categoria de instrumentos linguísticos com a eventualidade.

desses movimentos na replicação do funcionamento de instrumentos linguísticos para fundamentar a necessidade da linguagem antirracista. Para essa análise, são as redes sociais o foco do texto.

2. Movimentos antirracistas e a formulação de discursos racializados sobre a língua

Pensar os movimentos sociais de uma perspectiva discursiva materialista demanda pensarmos o sujeito a partir de deslocamentos fundamentais que nos conduzem a conceber não um sujeito *do* movimento, mas um sujeito *no* movimento. Orlandi (2012) identifica como traço ideológico do capitalismo a concepção de um sujeito dotado de onipotência, tanto na esfera individual quanto na coletiva. No primeiro caso, o sujeito expressa-se na máxima “se eu quiser, eu posso tudo” (Orlandi, 2012, p. 213); no segundo, na afirmação “juntos podemos tudo” (Orlandi, 2012, p. 213). É centrado nisso que se pode dizer de um sujeito *do* movimento, como se ele mesmo fizesse e controlasse voluntariamente o movimento de que faz parte e do interior do qual se articula sua mobilização sócio-política.

A perspectiva discursiva que orienta nosso trabalho considera a figura do sujeito-de-direito como eixo para a formulação de nosso posicionamento teórico. Esse sujeito, responsável, solidário e potencialmente capaz de realizar qualquer coisa, é efeito de uma ideologia jurídica que surge na passagem da forma-sujeito religiosa para a forma-sujeito de direito (Haroche, 1992). Essa ideologia não opera pela ocultação, mas pela evidência tanto de uma transparência que o sujeito teria de si quanto da ilusão de transparência da sociedade, o que implica a negação da própria ideologia. Como observa Orlandi (2012), assinalar tal processo significa reconhecer o movimento e a transformação, evitando tanto o voluntarismo quanto o automatismo que mascaram a realidade.

Sob esse ponto de vista, a transformação e a resistência, no materialismo discursivo, não residem no sujeito nem em seu querer. Elas acontecem na contradição, espaço onde se articulam o real da história e o equívoco, entendido como a falha da língua na história, processos que atuam no sujeito, mas não se originam dele. Dessa perspectiva, o sujeito que atua num movimento social é um sujeito *no* movimento, ainda que, pela ideologia de direito que o interpela, o faça se pensar como um sujeito *do* movimento.

Trabalhando com essa contradição, Modesto (2014) propõe o conceito de efeito de resistência. Em suas palavras: “o efeito de resistência [...] refere-se aos processos de identificação que se ancoram na oposição e no antagonismo. Trata-se de uma formulação que nos leva a considerar a resistência como um efeito no âmbito das discursividades estruturadas no

antagonismo, tal como a discursividade da reivindicação” (Modesto, 2014, p. 159). Considerando justamente a produção discursiva de movimentos sociais, Modesto (2014) pontua que, em virtude da negação da ideologia como sugere Orlandi (2012), tais movimentos, embora projetem seus discursos de uma posição opositora e antagônica contra quem lutam, reproduzem aspectos ideológicos de seus opositores em virtude da ideologia dominante que afeta e interpela dominante e dominados e que torna determinados sentidos inegociáveis.

Ainda Modesto (2014) propõe, como desdobramento do conceito já apresentado, pensar a “resistência possível”. A resistência (possível) opera em um espaço marcado por contradições, ainda que seja percebida e formada como produto de oposições. Embora possa haver uma resistência voluntária e intencional do sujeito *do* movimento, essa vontade, isoladamente, não assegura que a resistência se concretize, pois sua realização ocorre nas relações de identificação do sujeito *no* movimento. Tais relações são atravessadas por múltiplas e diversas determinações, que impedem a coincidência entre as causas, tais como elas se apresentam ao sujeito, e os sentidos, como o constituem e o significam no entrecruzamento das discursividades.

Se não podemos, de uma perspectiva discursiva materialista, considerar os movimentos sociais de uma posição voluntarista, porque isso nos faria fechar os olhos para a resistência na contradição, não podemos, no entanto, dizer que os movimentos sociais não sejam fundamentais para os deslocamentos de sentidos. Aqui, apesar de assumirmos que seu funcionamento voluntarista apaga o fato de que muitas vezes atuam na reprodução de sentidos dominantes contra os quais se imaginam se opor, “não podemos dispensar os movimentos sociais como possibilidade de *movimento do e no social*” (Modesto, 2014, p. 162). Dos movimentos sociais, interessa-nos por mais em evidência:

[...] o seu trabalho de falar sobre uma questão específica do que sua intenção marcada de construir uma mobilização antagonista que se perde nos emaranhados do discurso da conciliação. O trabalho de *falar sobre* mobiliza uma série de condições de produção e abre o espaço para a diferença, pois este é um processo que mobiliza uma *relação a*. Se, por um lado, é impossível considerar a resistência nas mãos do sujeito; por outro lado, é preciso um sujeito que *fale sobre* para que a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer (Modesto, 2016, p. 1.091).

São com essas lentes que nas análises que seguem analisamos a produção discursiva de movimentos de intenção antirracista de diferentes ordem de materialização. Organizados ou não, consideramos os movimentos em análise funcionando por práticas que “constituem *movimentos do social*, tensionando disputas pela estabilização de sentidos” (Benayon, 2023, p. 251, grifo do autor). Entendemos, no geral, que, pautados num voluntarismo que responsabiliza os sujeitos,

esses movimentos tendem a significar a língua de modo simples e direto, responsabilizando os sujeitos por mudanças linguísticas que corresponderiam a mudanças sociais em direção do antirracismo.

3. A circulação de cartilhas temáticas no digital: o saber linguístico e o combate ao racismo

Os movimentos sociais que se propõem antirracistas, ao divulgarem suas ideias, têm produzido materiais (dicionários, glossários, infográficos, cartilhas etc.) de modo massivo e difundidos nos meios digitais. Um dos pontos de vista para que possamos compreender o crescimento da circulação desses materiais é considerar que as próprias ferramentas tecnológicas têm possibilitado a sua elaboração de maneira mais acessível, assim como colaborado para a divulgação de ideias.

A partir dessa compreensão, temos considerado que as novas tecnologias da linguagem são desenvolvimentos no âmbito da escrita, o que tem posto em questão a forma dos textos, a forma da autoria, as relações com o conhecimento e com o sujeito-leitor etc., conforme discute Orlandi (2022). Diante da propagação desses instrumentos linguísticos divulgados pela Internet, precisamos lembrar de duas questões elaboradas por Aurox (1992, p. 13): “1) sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico; 2) como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?”.

Nesta seção, analisaremos, do ponto de vista do discurso e das ideias linguísticas, a cartilha digital *Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial no acesso a direitos e políticas públicas para pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais* (2021), objetivando compreender o funcionamento discursivo desse instrumento linguístico no que toca às relações de sentidos entre língua e raça em vista da constituição de um leitor em uma posição-sujeito antirracista. Tal análise toma forma atentando para a formulação (condições de produção específicas) e a circulação (um discurso dá-se em uma certa conjuntura e em certas condições), nos termos de Orlandi (2022).

A cartilha em questão foi organizada pelas Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Associações Estaduais e Distrital de Defensoras e Defensores Públicos e Defensorias Públicas Estaduais e Distrital, em 2021 e como ação da Comissão Temática de Igualdade Étnico-Racial. Conforme a Defensoria Pública do Estado do Piauí (2021, p. 41), a iniciativa “provoca a sociedade, o Estado e a imprensa para que o antirracismo seja uma luta de

todas e todos”, assim como objetiva “despertar a conscientização sobre a necessidade de formular e efetivar políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural e institucional”.

Consideramos que a Anadep constitui um tipo de movimento social organizado, uma vez que atua na defesa ou promoção de mudanças sociais, buscando alcançar seus objetivos através de ações, jurídicas, coletivas, celebrando o engajamento político-cidadão e promovendo as chamadas políticas de conscientização. Consoante Kowarick (1987), muitas associações, inclusive, são reconhecidas como movimentos sociais, pois atuam na luta por direitos e na busca por transformação social.

No início da cartilha, é apresentada a função da Defensoria Pública enquanto uma instituição que visa promover a dignidade humana e reduzir as desigualdades, e, para isso, oferece orientação jurídica e defesa dos direitos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos contemplados. Esse tipo de apresentação não é incomum em cartilhas temáticas,⁸ pois, em geral, iniciam o material com uma pequena introdução, apontando qual o objetivo da cartilha. De maneira regular, a leitura inicial de uma cartilha temática nos indica que ela é um produto de políticas públicas, corroborando com a discussão de Menezes (2024b, p. 2): “[e]ssa necessidade de produzir determinados materiais informativos é sustentada, direta ou indiretamente, por políticas públicas que estabelecem em suas diretrizes e em seus objetivos a necessidade de produção e divulgação de informação”. No caso da cartilha em análise, trata-se de uma ação da Comissão Temática de Igualdade Étnico-Racial da Anadep.

Após isso, o material introduz algumas informações das quais destacamos:

1) “O Brasil é o país com a maior população negra (79 milhões) fora do continente africano” (Anadep, 2021 p. 5). Entretanto, ainda sofre as consequências de séculos de escravidão, uma vez que diferentes práticas racistas ainda são recorrentes. Por isso, segundo o material, é necessário honrarmos a luta dos nossos antepassados e escrevermos um projeto de nação que respeite as diversidades raciais;

⁸ Temos trabalhado a noção de *cartilha temática* com base na contraposição entre Análise de Conteúdo e Análise de Discurso materialista, considerando a recusa, por parte da AD, de um conteudismo que busca decodificar a língua e estabelecer um sentido literal. Em nossa perspectiva, é preciso considerar a redução do sentido em conteúdo, uma vez que essa “redução é parte da ilusão referencial, produção do efeito de evidência” (Orlandi, 2022, p. 26). Além disso, levamos em conta que a palavra *tema* pode remeter a um *discurso sobre*, conforme discute Jean-Marie Marandin (1988), o que, a nosso ver, permite parafrasear *tema* em *conteúdo*. Veremos que uma cartilha temática pode indicar que seu *conteúdo* é sobre X ou Y, mas, a partir da AD e da HIL, é possível compreender que tal conteúdo pode produzir diferentes efeitos de sentidos. Como exemplo, Menezes (2024a) apresenta uma discussão acerca de cartilhas *sobre* a COVID-19 que, ao serem analisadas, apontam para um *discurso de raça*, mesmo quando não a tematiza.

2) “A diáspora é uma palavra muito utilizada para referir-se a esta migração forçada dos(as) africanos(as) durante o tráfico negreiro transatlântico” (Anadep, 2021, p. 7). A cartilha ainda cita que essa migração forçada durou por volta do século XV até o ano de 1950, com a Lei Eusébio de Queirós;

3) “Estima-se que mais de 12 milhões de africanos(as) tenham sido trazidos(as) forçadamente para a América, sendo que cerca de 4 milhões de vidas africanas desembarcaram em diáspora em solos brasileiros” (Anadep, 2021, p. 7).

Diante dos pontos destacados acima, chamamos atenção para uma regularidade que temos discutido em cartilhas temáticas: há um silenciamento da autoria do conhecimento circulado (Menezes, 2023). Podemos atribuir a quem as informações do Brasil como maior população negra fora do continente africano? Ou o que atesta que a palavra *diáspora* funciona em determinado sentido? Ou que foram mais de 12 milhões africanos trazidos forçadamente para a América? Em contraposição, veremos que outras informações são circuladas com referência que as sustenta: “De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/10), a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito raça ou cor usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]” (Anadep, 2021, p. 7).

Na citação acima, a definição de *população negra* é baseada no Estatuto da Igualdade Racial, Lei que objetiva garantir os direitos individuais e coletivos da população negra, combatendo a discriminação racial no Brasil.⁹ É possível elaborar a seguinte paráfrase: *De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, população negra significa conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme critérios do IBGE*. Desse modo, não se trata apenas da circulação de uma informação importante para a luta antirracista, mas é também a indicação de um efeito de sentido de uma expressão linguística. Contudo, chama atenção também que, ao definir diáspora, a Anadep não mobiliza uma fundamentação: *ø*, *A diáspora é uma palavra muito utilizada para referir-se a esta migração forçada dos(as) africanos(as) durante o tráfico negreiro transatlântico*.¹⁰ Não há, nesse caso, uma sustentação do Direito e nem mesmo de um instrumento linguístico, como um dicionário ou um glossário.

Isso que discutimos corrobora com os gestos de leitura de Menezes (2023) ao analisar outra cartilha do Direito que tematiza o combate ao racismo no Brasil, intitulada *Direitos humanos e o combate ao racismo* e elaborada pela Escola do Legislativo de Patos de Minas. Conforme o

⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

¹⁰ Inserimos aqui um conjunto vazio (\emptyset), deslocado do campo da matemática, para indicar uma elipse, na qual se refere à falta de uma sustentação para definir a palavra *diáspora*.

autor, o material define algumas palavras e expressões como racistas a partir de saberes linguísticos, como suposta origem da palavra/expressão; relações de sinonímia; derivação etc., mas sem citar, por exemplo, outros modos de legitimar as definições, como gramáticos e lexicógrafos. Ao partirmos da leitura de que, ao definir uma palavra como racista e recomendar substituição por outra palavra, há uma indicação da cartilha enquanto um material que instrumentaliza o uso da língua, consideramos, então, que o próprio instrumento linguístico já é o bastante para legitimar um saber linguístico, justificando a elipse apontada anteriormente na definição de *diáspora*.

Ainda diante dos gestos analíticos apresentados por Menezes (2023), destacamos a leitura do verbete *racismo*, que comparece fundamentada pelas ideias do Supremo Tribunal Federal (STF), no material da Escola do Legislativo de Patos de Minas. Retomando a cartilha da Anadep, a expressão linguística *população negra* é definida também pelo discurso jurídico, com citação ao Estatuto da Igualdade Racial. Desse modo, o tensionamento entre os funcionamentos discursivos dessas cartilhas parece indicar mais uma regularidade: se uma cartilha, ao tratar de um tema, funciona como um instrumento linguístico, a falta de uma fundamentação não é estranha, uma vez que o próprio instrumento se apresenta como suficiente para legitimar o que se informa. Quando há uma fundamentação, ela está diretamente ligada à discursividade que sustenta a posição-sujeito que predomina na autoria da cartilha temática. Assim, um material, produzido a partir de um movimento social de cunho jurídico, vai fundamentar as informações jurídicas que lhes cabe, ao mesmo tempo que trata de modo espontâneo outros saberes, como os saberes linguísticos.

Analisemos três definições (individualista, institucional e estrutural) apresentadas para a palavra *racismo*, sustentadas a partir das ideias de Silvio Almeida, que é advogado e filósofo do Direito. Conforme a Anadep, para o autor, para a concepção individualista, “o racismo seria um comportamento individual ou coletivo a ser combatido no campo jurídico” (2021, p. 10); já, para a concepção institucional, o racismo “vai além do comportamento individual, mas expande para instituições que, ainda que indiretamente, promovem desvantagens e privilégios com base na raça” (2021, p. 10) e o racismo estrutural “decorre da estrutura social, pressupõe, portanto, dominação e relações de poder. Assim, racismo estrutural é o sistema de opressão normalizado que nega direitos e decorre dos processos histórico e político” (2021, p. 11).

Para que possamos compreender os efeitos de sentidos dos trechos acima, enfatizamos marcas verbais, como *é*, *referir-se*, *seria*, que comparecem nas definições de *população negra*, *diáspora* e nos tipos de racismo. Além disso, elaboramos novas paráfrases: a) *racismo individualista significa um comportamento individual ou coletivo a ser combatido no campo*

jurídico; b) *racismo institucional significa a promoção em instituições de desvantagens e c) privilégios com base em raça e racismo estrutural significa sistema de opressão normalizado que nega direitos e decorre dos processos histórico e político.*

Essas paráfrases, em conjunto com d) *população negra significa conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas* e e) *diáspora significa migração forçada dos(as) africanos(as) durante o tráfico negreiro transatlântico*, parecem nos indicar o modo como uma cartilha fundamentada numa posição-sujeito jurídica, tematizando o combate ao racismo, produz efeitos de sentidos que simulam uma estabilização dos sentidos das palavras, dissimulando uma literalidade da língua: *Diáspora é X [e não Y]*. Vale lembrar que, para a Análise de Discurso materialista, as palavras só produzem efeitos de sentidos a partir de uma formação discursiva (Pêcheux, 2021). Dito de outro modo, não há sentido literal em si.

Tais gestos analíticos aparentam apontar que o combate ao racismo está relacionado também ao conhecimento metalinguístico. De algum modo, é preciso saber o que é X, o que é Y e quais os tipos de Z para que a discriminação racial seja erradicada. É um discurso *de* informação, “é um discurso que significa a informação como necessária para um determinado leitor, necessária para uma vida social” (Menezes, 2024, p. 14). E a língua, ou melhor, o conhecimento linguístico, seria também elemento que constitui o sujeito em uma determinada posição discursiva. Assim, a cartilha parece funcionar enquanto um instrumento linguístico, com base em um imaginário da “língua como instrumento domesticável, representando, por sua vez, o controle que o sujeito teria de sua relação com ela. Com a produção do saber metalinguístico se cria a ilusão de que se pode, com ele, dominar a língua” (Orlandi, 2013, p. 117). Por esse viés, dominar a língua, talvez, ajude a combater o racismo no Brasil.

Vejam os que isso ainda se alastra para o “uso” da língua, pois, ao tratar do *racismo estrutural*, a Anadep (2021, p. 11) ainda formula: “[é] também o caso do uso de expressões, falas e hábitos que promovem o racismo em nosso cotidiano”. Em seguida, lista *expressões racistas* em uma coluna e *expressões alternativas* em uma segunda coluna, conforme apresentamos abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Expressões racistas e expressões alternativas, segundo a Anadep

Expressões racistas	Expressões alternativas
• Boçal (africanos escravizados que não sabiam a língua portuguesa)	› Ignorante/grosseiro
• A coisa está preta	› A situação está difícil
• Ovelha negra	› Pessoa diferente, que destoa
• Lista negra	› Lista proibida
• Mercado negro	› Mercado ilegal/ clandestino
• Não sou tuas negas	› Que tal abolirmos essa expressão?
• Denegrir	› Difamar
• Da cor do pecado	› Vamos evitar essa hipersexualização?
• Criado-mudo	› Mesa de cabeceira
• Inveja branca	› Admiro você ou o que você faz
• Amanhã é dia de branco	› Amanhã é dia de trabalho
• Você é negra, mas é bonita	› Você é bonita
• Que programa de índio, hein?!	› Programa chato
• Morena/o	› Pode falar negra/o
• Você tem uma beleza exótica	› Muito bonita
• Apesar de você ser negra, pelo menos tem os traços finos	› Você é linda
• Você é um negro de alma branca	› Que tal deixarmos essa expressão de lado?
• Samba do crioulo doido	› Confusão/situação atrapalhada

*Com informações extraídas da página no Instagram da Defensoria Pública da Bahia.

ANADEP

Reprodução: Anadep, 2021.

Esse tipo de listagem recomenda a proibição de uso de expressões, como *Lista negra*; *Denegrir*; *Criado mudo* etc., e a substituição por outras, como *Lista proibida*; *Difamar* e *Mesa de cabeceira*. Além disso, esse funcionamento parece corroborar para uma formação discursiva que compreende a literalidade das palavras, silenciando que a polissemia é inerente à língua. Por fim, a listagem em questão é fundamentada pela página no Instagram da Defensoria Pública da Bahia, ressaltando a regularidade apontada anteriormente e inscrita nesses instrumentos linguísticos, que estão em expansão devido às tecnologias digitais.

4. Instrumentos linguísticos eventuais de viés antirracistas

A produção de materiais com propósitos antirracistas ganha novos contornos ao serem inscritos em materialidades digitais, uma vez que reconfigura modos de problematizar as práticas sociais, especialmente aquelas que colocam em circulação discussões linguísticas. Dessa maneira, as redes sociais, por exemplo, permitem que sujeitos e os movimentos com os quais se identificam passem a figurar como produtores e mediadores de discursos sobre a língua, sem que haja, necessariamente, uma validação institucional por parte de universidades ou escolas. Isso nos leva a considerar que as redes sociais podem funcionar como ferramentas de recorte da língua e,

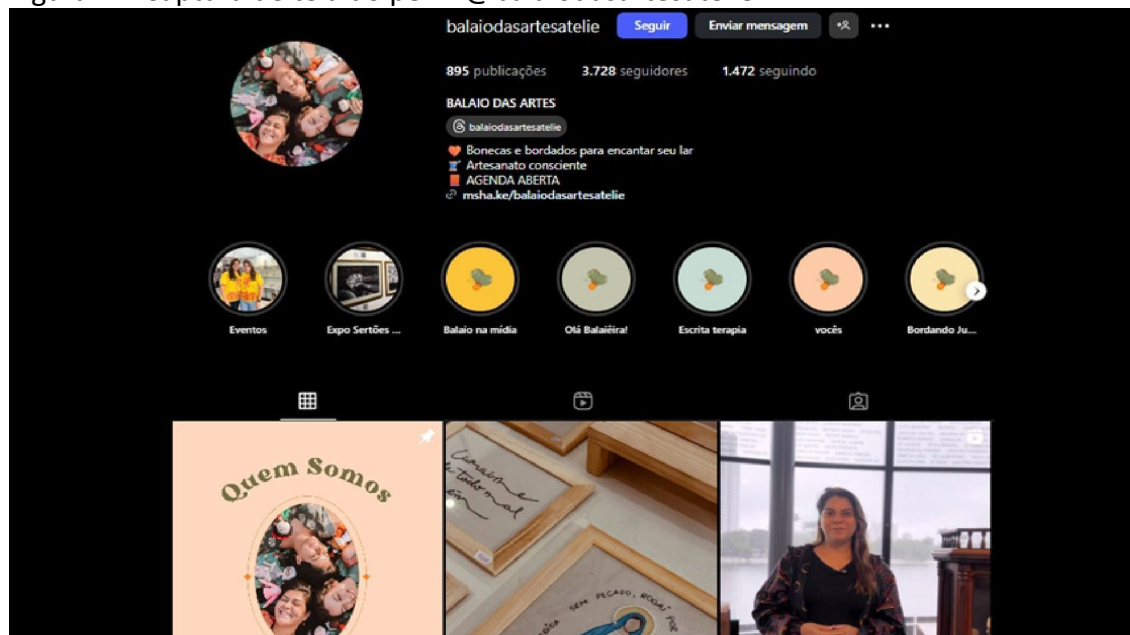
portanto, como instrumentos linguísticos (Auroux, 1992), capazes de (re)produzir discursos racializados sobre a língua (Modesto, 2021).

Nessas condições de produção, sujeitos e movimentos fazem circular saberes metalinguísticos em instrumentos linguísticos eventuais, aqueles que não afirmam de saída um comprometimento fixo ou regular com a língua (Souza, 2023). Esses instrumentos enfatizam discussões linguísticas que chamam atenção no cotidiano em razão de problematizações sociais, produzindo efeitos linguísticos e normativos não necessariamente relacionados aos aparatos técnico-acadêmicos, especialmente em redes sociais como o Instagram.

O perfil do Instagram @balaiodasartesatellie, por exemplo, enquadra-se na categoria de perfil profissional. Neste cenário, o discurso comercial-empresarial que ele engendra divide espaço, como discutiremos, com outras discursividades como as que se alinham aos movimentos sociais antirracistas. A Balaio das Artes, dona do perfil em tela, é um ateliê virtual, cuja atuação está voltada para a produção de artesanato, com destaque para bonecas e bordados. Em geral, as postagens apresentam produtos artesanais e processos criativos das peças. Em paralelo, o perfil compartilha posicionamentos que tematizam “discursos classistas racializados de gênero” (Cestari, 2017), como empoderamento feminino, valorização da cultura sertaneja, tal qual aspectos que envolvem a racialidade. Isto é, a língua não é um objeto a ser explorado continuamente no perfil, pois não há menções que façam alusão à língua em sua descrição e na maioria de suas publicações.

No entanto, em uma de suas postagens, ocorre uma prática discursiva (a de sugerir a exclusão do vocabulário pessoal de palavras tidas como racistas) que tem a língua e a racialidade como pontos centrais da discussão. É nesse espaço que acontece a eventualidade na descrição e na instrumentalização da língua, tal como temos trabalhado como mencionado anteriormente. Vejamos:

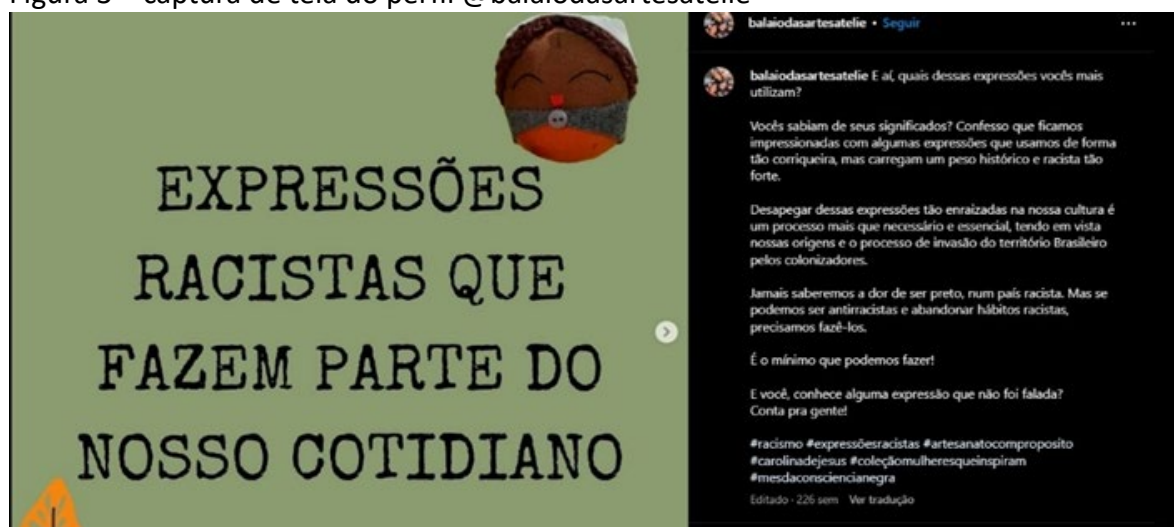
Figura 2 – Captura de tela do perfil @balaiodasartesatellie



Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHwKtZenO2z/?img_index=1. Acesso em: 15 abr. 2025.

O material a ser analisado consiste na primeira lâmina da publicação, que introduz a postagem com a seguinte formulação: *Expressões racistas que fazem parte do nosso cotidiano*. Essa construção consiste em uma oração subordinada adjetiva restritiva, a qual expressa uma relação de especificidade entre as expressões racistas, restringindo àquelas que fazem parte do nosso cotidiano.

Figura 3 – captura de tela do perfil @balaiodasartesatellie



Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHwKtZenO2z/?img_index=1. Acesso em: 15 abr. 2025

A postagem, assim, diz respeito a expressões lidas como racistas que são postas em circulação em contextos específicos da nossa formação social. Observando as *hashtags* que acompanham a legenda da publicação, lemos *#racismo*, *#expressõesracistas*, *#artesanatocompropósito*, *#carolinadejesus*, *#coleçãomulheresqueinspiram*, *#mesdaconsciencianegra*. As *hashtags* em questão naturalizam a discussão da postagem, na medida em que, embora não seja um perfil especialista em linguagem, se constrói como “com propósito” e engajado com a temática da Consciência Negra.

Outro aspecto dessa lâmina que nos chamou atenção refere-se a elipse discursiva construída a partir do pronome possessivo “nosso”, por meio do qual exprime-se um sentido de coletividade inscrita na formulação, mas que não apresenta pistas diretas de qual seja o seu referencial. A partir disso, é possível que consideremos algumas paráfrases a respeito desta primeira construção. Da posição-sujeito enunciada na publicação, acreditamos ser possível formular com paráfrases plausíveis (Pêcheux, 1990), isto é, paráfrases (P) que negociam os sentidos na mesma rede de formulações que ancora a possibilidade de dizer da postagem, as seguintes construções:

Sequência discursiva (SD): *Expressões racistas que fazem parte do nosso cotidiano.*

P1: Expressões racistas que fazem parte do cotidiano de todos os brasileiros.

P2: Expressões racistas que fazem parte do cotidiano até das pessoas antirracistas.

P3: Expressões racistas que fazem parte do cotidiano de quem sofre racismo.

P4: Expressões racistas que fazem parte do cotidiano de pessoas negras.

P5: Expressões racistas que fazem parte do cotidiano de pessoas brancas e de pessoas negras que podem reproduzir o racismo [mesmo sendo antirracistas].

Pela abrangência colocada através da formulação “nosso cotidiano”, sugerimos algumas paráfrases possíveis em conformidade com a posição-sujeito militante antirracista que enuncia na publicação. Por se referir a uma publicação com elementos que indicam a formação social brasileira (indicada na legenda) como a população alvo dessa manifestação antirracista, entendemos que o termo *nosso* pode corresponder a “*todos os brasileiros*”. Na segunda paráfrase, diminuimos a abrangência dos sentidos ao delimitar às pessoas “antirracistas”, o que não deixa de ser algo razoável, tendo em vista o leitor possivelmente imaginado pelo texto: seguidores que se identificam com o perfil, pessoas “com propósito” que não tenham a intenção de praticar o racismo, mas que eventualmente podem manter, na linguagem, práticas (ou melhor, “expressões”) racistas.

Indursky (1997) reflete sobre o *nós* como uma não-pessoa discursiva que pode variar num funcionamento inclusivo ou exclusivo. Dessa perspectiva, dizer *nós* (ou no caso em tela *nosso*) pode ou não incluir o sujeito-enunciador. É isso que permitiria, por exemplo, como efeito de sentido, compreender um *nosso cotidiano* que projete os que sofrem racismo. Nesse caso, analisamos P3 e P4 nesse lugar discursivo, num gesto que recorta a leitura da postagem. Se as expressões compreendidas como racistas fazem parte do cotidiano de pessoas negras e, portanto, de quem sofre racismo, então o “nosso cotidiano” também pode ser lido e interpretado através de uma ótica que se erige do interior do movimento negro.

Por outro lado, a P5 coloca a coletividade de negros e brancos em um lugar de possíveis reprodutores do racismo, ainda que antirracistas. O sujeito enunciador se coloca na posição de ser passível de colocar em circulação as expressões ali apontadas como racistas. Ao passo que se atribui o valor do racismo à expressão, quem a enuncia/profere/utiliza, corre o risco de receber a mesma atribuição dada às expressões. Ou seja, o sujeito que enuncia tais expressões, pode ser lido como racista, mesmo que não queira. Nesse sentido, consideramos haver um processo metonímico entre o sujeito e a expressão compreendida como racista, pois o sujeito passará a ser lido do mesmo modo que a expressão que utilizar. Dessa forma, tanto as expressões, quanto os sujeitos que as reproduzem terão o mesmo predicativo (racista) e passarão a ser considerados uma parte do todo (racismo), o que não seria compatível com a posição de quem se quer ou se imagina alinhado a uma perspectiva social antirracista.

Considerando o ponto de interesse deste texto, ressaltamos que a linguagem antirracista, compreendida/resumida na postagem em análise como uma linguagem que não deve reproduzir certas expressões, pode ser dominada pelo sujeito de modo voluntário e consciente. Nesse ponto, pensamos a eficiência da ideia de sujeito *do* movimento a qual discutimos anteriormente. A postagem em análise articula de modo bastante produtivo para nós duas realidades discursivas: por um lado, se apropria da rede social Instagram fazendo-a funcionar como um instrumento linguístico, uma rede que *eventualmente* pode tomar a língua como objeto para a produção de saber; por outro lado (e simultaneamente), ao tomar a língua como objeto, projeta os sujeitos-alvo de sua produção discursiva como sujeitos livres, conscientes, responsáveis não apenas pelo o que fazem, mas o que dizem, um sujeito plenamente compatível com o imaginário social do militante, daquele que faz o movimento social de que faz parte a partir de suas próprias intenções.

A indeterminação de referência do pronome possessivo “nosso” pode ser lida, à luz de Pêcheux (2021), como um efeito de evidência que oculta as contradições inerentes à formação

social brasileira, na qual uma publicação que se intitula como antirracista sumariza em uma única palavra diferentes posições, diferentes grupos sociais. Nesse sentido, “todos os brasileiros” e “brasileiros antirracistas” e “pessoas negras” e “pessoas negras e brancas antirracistas” não se distinguem na transparência em que a linguagem se apresenta.

Notemos que a postagem em análise apresenta a primeira lâmina de uma série de outras em que as chamadas “expressões racistas” passam a ser negadas e combatidas. Assim como os racistas, as expressões racistas são o *outro* antagônico e opositor dos movimentos que se propõem antirracistas. A interdição dessas expressões constitui a forma de luta de uma posição antirracista na linguagem, tal como se compreende a linguagem no senso comum: incapaz de produzir outros sentidos senão aqueles apontados como os que deram origem a cada palavra. Como se posicionar contra essa forma de luta bem intencionada? No entanto, consideramos que esse tipo de prática sistemática que tenta extinguir os termos, palavras e expressões compreendidas como racistas contribui para o fortalecimento da ideia de que seja possível fazer uma assepsia na língua, que seja possível imobilizar práticas racistas por meio da linguagem. Ao tentar fazê-lo, em contrapartida, haverá não só uma (tentativa ilusória de) interdição dos sentidos, mas do significante também, admitindo, assim, um sentido próprio a uma formulação específica.

Seguramente, as interdições propostas não garantem que o racismo será extirpado da língua. Trata-se de um movimento ilusório produzido pelo esquecimento nº 2 (esquecimento enunciativo).¹¹ Nesse caso, o sujeito, especialmente aquele que se identifica com um movimento social, reconhece que controla os sentidos: se a origem do seu dizer pode ser compreendido como racista, de igual modo ele conseguirá se livrar de tais sentidos pela exclusão das palavras identificadas como racistas. Nesse sentido, faz circular um discurso racializado sobre a língua que é constituído na essencialização, o que ignora a possibilidade de outros sentidos virem a surgir a partir de dada palavra/expressão. A tentativa de purificar a língua diz respeito a um impossível Pêcheux (1990), uma vez que “a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” (Orlandi, 2009, p. 37).

¹¹ “Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa” (Orlandi, 2009, p. 36).

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, analisamos como discursos racializados sobre a língua se materializam em diferentes instrumentos linguísticos, tradicionais e eventuais, no contexto das lutas antirracistas. Com base nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso materialista, compreendemos que a relação entre língua e racialidade convoca modos específicos de instrumentalização que não se limitam à gramática e ao dicionário, mas se expandem para outras tecnologias, como cartilhas e postagens em redes sociais. Essa ampliação permite observar como determinados sentidos sobre a língua e sobre o racismo se estabilizam ou se deslocam nas práticas discursivas.

A análise das cartilhas antirracistas, especialmente a produzida pela Anadep, colocou em evidência um funcionamento que combina elementos informativos e prescritivos, simulando o papel de instrumentos linguísticos ao definir termos, expressões e conceitos ligados à luta antirracista. Identificamos, contudo, uma regularidade na forma como essas definições se ancoram prioritariamente em formações discursivas jurídicas, silenciando outras possíveis fundamentações e reforçando a ideia de que dominar a língua, em sua literalidade, seria um meio de combater o racismo. Esse gesto, embora relevante para a circulação de informações, tende a sustentar a ilusão de que mudanças linguísticas voluntárias garantiriam transformações sociais profundas.

No exame dos instrumentos linguísticos eventuais, como publicações no Instagram, verificamos que mesmo perfis sem atuação constante sobre a língua podem, em momentos específicos, operar como espaços de gramatização e circulação de discursos racializados. Nessas práticas, identificamos tanto movimentos de resistência quanto reproduções de sentidos hegemônicos, evidenciando que a tentativa de interditar palavras e expressões consideradas racistas se apoia em um imaginário de assepsia linguística. Tal perspectiva, entretanto, desconsidera a polissemia e a incompletude próprias da língua, além de ignorar que o racismo se materializa também em práticas não exclusivamente verbais.

Assim, concluímos que os instrumentos linguísticos, sejam eles estáveis ou eventuais, desempenham papel significativo na disputa de sentidos em torno da linguagem antirracista. Contudo, seu funcionamento está atravessado por contradições e efeitos ideológicos que não podem ser resolvidos apenas pela prescrição ou substituição lexical. Reconhecer a língua como espaço de conflito e o racismo como fenômeno discursivo e histórico nos permite compreender

que as transformações desejadas dependem de processos mais amplos, em que o trabalho sobre a língua é parte, mas não totalidade, da luta antirracista.

Referências

ANADEP. *Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial no acesso a direitos e políticas públicas para pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais*. [S. l.]: Anadep, 2021. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/52996/E-BOOK_RACISMO.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

BENAYON, Flávio. A insolência nos movimentos do social: sentidos interditados na favela do jacarezinho. *Leitura*, v. 1, n. 76, p. 250-266, 2023.

CESTARI, Mariana J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso. In: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina (Org.). *Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência*. Campinas: Pontes, 2017. p. 183-203.

COSTA, Thaís; MODESTO, Rogério; AQUINO, José Edcarlos de. Instrumentos linguísticos. *Porto das Letras*, v. 9, n. 2, p. 6-18, 2023.

DINIZ, Leandro. O conceito de “política linguística”: reflexões a partir do diálogo entre a história das ideias linguísticas, a análise do discurso e a semântica do acontecimento. In: MASSMANN, Débora; COSTA, Greciely (Org.). *Linguagem e historicidade*. Campinas: Editora RG, 2013. p. 41-58.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ. Racismo se combate em todo lugar. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.pi.def.br/racismo-se-combate-em-todo-lugar/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GALLO, Solange; PEQUENO, Vitor. Redes sociais: autoria e silêncio. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 25, n. esp., p. 69-84, 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. A sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

HAROCHE, Claudine. *Querer dizer, fazer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987.

MACHADO, Isadora; SILVA, Luís Felipe Andrade. Ferramentas linguísticas da modernidade colonial-capitalista: uma tomada de posição latino-americana frente ao problema da colonização na história das ideias linguísticas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 25, n. 49, p. 3-49, 2022.

MARANDIN, Jean-Marie. A propos de la notion de thème de discours. Éléments d'analyse dans le récit. *Langue Française*, n. 78, p. 67-87, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1988_num_78_1_4744. Acesso em: 28 jul. 2025.

MENEZES, Marcus. Divulgação científica e cartilhas digitais: discursos sobre informação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 27, n. 00, p. e024005, 2024b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8676414>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MENEZES, Marcus. *Ler cartilhas hoje: sentidos de população LGBTQ+ no funcionamento de uma pedagogização da saúde em relação à pandemia de COVID-19*. 2024a. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2024a.

MENEZES, Marcus. Saberes metalinguísticos em uma cartilha de pedagogização antirracista. *Porto das Letras*, v. 9, n. 2, p. 195-215, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/16964>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MODESTO, Rogério. *Movimentos (d)e resistência no espaço urbano*. 2014. 170 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2014.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. *Revista da Abralin*, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? a resistência possível e o efeito de resistência. *Fórum Linguístico*, v. 13, n. 1, p. 1.083-1.093, 2016.

NUNES, José Horta. Instrumento linguístico: uma primeira definição. In: MEDEIROS, Vanise; ESTEVES, Phellipe et al. (Org.). *Na movência dos conceitos...* Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 165-172.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2022.

ORLANDI, Eni. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

SOUZA, Matheus Oliveira. Um instrumento linguístico eventual: a “dicionarização antirracista de Instagram”: the “anti-racist dictionary of Instagram”. *Porto das Letras*, v. 9, n. 2, p. 216-242, 2023.

ZOPPI FONTANA, Mónica. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI FONTANA, Mónica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009. p. 12-41.
